



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Administração

GRACIANO CABRAL D'ALMADA

O REUNI E A UNB – ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS DO MEC

Brasília – DF

2011

Graciano Cabral D'almada

O REUNI E A UNB – ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS DO MEC

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Professora Orientadora: Dra. Magda de Lima
Lúcio

Brasília – DF

2011

D'almada, Graciano Cabral

O Reuni e a UnB - Análise dos Relatórios Anuais do MEC/ Graciano
Cabral D'almada – Brasília, 2011

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de
Administração, 2011.

Orientadora: Profa. Dra. Magda de Lima Lúcio, Departamento de
Administração.

1. Reuni. 2. UnB. 3. MEC. I. O Reuni e a UnB - Análise dos
Relatórios Anuais do MEC

Graciano Cabral D'almada

**O REUNI E A UNB – ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS DO
MEC**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Graciano Cabral D'almada

Dra, Magda de Lima Lúcio
Professora-Orientadora

Prof. Luiz Fernando Bessa
Professor-Examinador

Titulação, nome completo
Professor-Examinador

Brasília, 04 de julho de 2011

DEDICATÓRIA

Dedico este meu trabalho aos meus pais, Policarpo Vicente Cabral D'almada e Constantina Antônia Gomes da Silva. Aos meus irmãos Fidelis Ireno Cabral D'almada e Silvano Cândido Cabral D'almada que não estão mais presentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus irmãos Telmo, Nilde, Zanda, Irene, Cecil, a minha sobrinha Hondina que me apoiaram nessa longa caminhada. A minha orientadora Magda de Lima Lúcio. Aos meus amigos Rino, Saik, Amilton, Aly, Gaudêncio e especialmente “Ana Paula” que sempre me deu apoio. Também agradeço a UnB pela formação que me deu.

A universidade é o útero das classes dirigentes da nação do futuro.
Nenhuma sociedade pode viver sem universidades.

Darcy Ribeiro

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar e apresentar resultados do processo de expansão do ensino superior brasileiro a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) na Universidade de Brasília, e como a gestão de políticas públicas está sendo aplicada à educação. A falta de expansão da educação superior no Brasil é contínua, considerando que, na média nacional, apenas 24,31 % dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos de idade tem acesso ao ensino superior. O programa Reuni pretende fundamentalmente aliar esforços e reforçar iniciativas para a ampliação das vagas e a melhoria da qualidade da educação nacional através da elevação de uma média de conclusão de graduação para 90%, do aumento da relação aluno/professor (RAP) de 18 para 1 e um aumento orçamentário de R\$ 2 bilhões, entre os anos de 2003 e 2012. A fim de avaliar esse processo de expansão serão analisados os resultados da implementação do Reuni na Universidade de Brasília através de análise documental. A pesquisa realizada é descritiva, a partir dos dados coletados de documentos e pesquisa bibliográfica sobre o programa Reuni. O tratamento dos dados tem caráter qualitativo e o processo de análise dos dados será feito por meio da análise do conteúdo. Os resultados apresentados são referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010, e foram obtidos a partir da análise de relatórios anuais e semestrais, planilhas-síntese, atas de reunião da comissão do Programa e projetos orçamentários. A gestão norteadora do Programa Reuni se mostra bastante voltada para o controle dos resultados, principalmente quantitativos. O investimento na compra de equipamentos, a quantidade de bolsas de graduação e pós-graduação, os diversos auxílios estudantis, a grande quantidade de novas vagas e a criação de novos *campi* na Universidade de Brasília mostram que medidas de ampliação e expansão estão sendo colocadas em ação. Os números são bastante expressivos e sem dúvidas os investimentos em estrutura são importantes, mas não é possível identificar como a gestão pública colocada em ação está favorecendo a inclusão social e a qualidade do ensino.

Palavras-chave: Reuni.UnB. MEC.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Transferência Facultativa – vagas ofertadas e preenchidas.....	38
Figura 2 - Reforma no Anfiteatro 19.....	52
Figura 3 - Campus de Ceilândia.....	52
Figura 4 - Campus Gama.....	53
Figura 5 - Módulo 18.....	53
Figura 6 - Salas do ICC Norte.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEC – Ministério da Educação

Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UnB – Universidade de Brasília

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PAC da Educação – Programa de Aceleração do Crescimento da Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

FIES – Programa de Financiamento Estudantil

CONSUNI – Conselho Universitário

PCE/CREDUC – Programa de Crédito Educativo

CESPE – Centro de Seleção e Promoção de Eventos

BPEq – Banco de Professores Equivalentes

PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão

ProIC – Programa de Iniciação Científica

DEX – Decanato de Extensão

PAC – Projetos de Ação Contínua

DAC – Decanato de Assuntos Comunitários

DEG – Decanato de Ensino de Graduação

DDP – Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação

CAC – Câmara de Assuntos Comunitários

CEPLAN – Centro de Planejamento Oscar Niemeyer

CPREUNI – Comissão Permanente do Reuni

RU – Restaurante Universitário

PNAES-MEC – Plano Nacional de Assistência Estudantil do Ministério da Educação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização do Assunto	14
1.2 Formulação do problema	16
1.3 Objetivo Geral.....	16
1.4 Objetivos Específicos	16
1.5 Justificativa	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 O que significa Educação.....	19
2.2 Fatores que determinam a qualidade da educação.....	20
2.3 A lógica do capital e o seu impacto sobre a educação.....	21
2.4. Administração educacional e gestão da educação	22
2.5 Gestão escolar no processo democrático.....	24
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	26
3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa.....	26
3.2 Caracterização da organização, setor ou área do objeto de estudo.....	26
3.3 População e amostra.....	27
3.4 Instrumento(s) de pesquisa.....	27
3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	41
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade analisar o processo de expansão do ensino superior brasileiro a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), desenvolvido pelo Ministério da Educação e que faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação.

A universidade pública teve início mais significativo no Brasil a partir dos anos 30 do século passado, tendo uma história curta e de tradição frágil. O compromisso firmado com o ensino superior público é gratuito, fortalece uma das poucas instituições verdadeiramente públicas, democráticas e eficientes do Brasil. No entanto as mudanças nos cenários econômico e educacional e suas dificuldades acabam trazendo questionamentos e cobranças mais intenso acerca do que é investido na universidade pública. Nos últimos anos a universidade pública tem contribuído enormemente para o desenvolvimento do país através da formação de pessoal e da geração de conhecimento, mas é preciso que isso seja feito melhor e de forma mais incisiva. É necessário um projeto de excelência por parte do Estado que demonstre, sem sombra de dúvidas, que é possível desempenhar o papel social esperado da universidade, efetiva e responsavelmente, mantendo-a pública, gratuita e de qualidade. A contribuição das instituições públicas de ensino superior para o desenvolvimento econômico e social brasileiro é inegável e se expressa no currículo da maioria dos profissionais mais bem sucedidos nas diversas atividades dos mais variados campos empresariais, cultural e até do alto escalão da administração pública. É indiscutível o fato de que o ensino superior público tem papel fundamental em todos os países desenvolvidos do mundo, por seu impacto no desenvolvimento econômico e cultural da sociedade, mais do que tudo isto, por seu papel no desenvolvimento do ser humano.

A principal atividade da universidade é educar, em todos os sentidos. A educação é base de uma sociedade pluralista e verdadeiramente democrática, em que a cidadania não é apenas um conceito garantido em lei, mas é exercido plena e conscientemente pela população. A universidade se diferencia das demais instituições de ensino superior por ser um espaço privilegiado de interação, desenvolvimento e conquista de conhecimentos e habilidades dos participantes do processo educacional, com a finalidade de perceber, entender e atuar sobre a realidade circundante. Este processo não se constitui uma simples capacitação técnica e formal dos alunos para que eles realizem suas atividades em sociedade, mas deve ser um processo que permita o aprimoramento de uma visão global

desta realidade. Adiciona então compreensão de mundo e tolerância às visões e opiniões divergentes, características importantes para que os membros da sociedade exerçam uma cidadania integrada, ativa e democrática.

Nesse contexto de permitir que mais pessoas possam participar do processo de desenvolvimento educacional, pessoal e cidadão, o aumento do número de vagas e matrículas no ensino superior público parece uma questão urgente e importante para o desenvolvimento do país. Portanto, a expansão no ensino superior ainda necessita de outras análises, especialmente pelas mudanças atuais na forma de entrada nas universidades e pelas últimas provas em relação ao Prouni destinado a estudantes que não precisam desse apoio, o que também não permite uma verdadeira democratização do ensino superior.

Segundo Chauí (2001, p. 37) o contexto das universidades é caracterizado atualmente pela privatização do ensino, pelo aumento das desigualdades educacionais e por um sistema que reforça regalias, pois coloca o ensino superior público a serviço de classes e grupos mais favorecidos. Para piorar ainda mais esse cenário, alguns propõem “democratizar” a universidade pública tornando-a privada. A expansão do ensino deve ser tratada de um ponto de vista estratégico pelo governo, para além das medidas tópicas de cada instituição.

A falta de expansão da educação superior no Brasil é contínua, considerando que, na média nacional, apenas 24,31 % dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos de idade tem acesso ao ensino superior. Porém, com o Reuni, o governo federal tomou uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público. A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio aos Planos de Reorganização e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso ao ensino superior. Portanto, o governo federal definiu uma série de medidas para recuperar o crescimento do nível superior público criando condições para que as universidades federais desenvolvam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal da educação superior. Este resultado da iniciativa pode ser notado pelos significativos números da expansão que teve o início em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. O projeto deseja a elevação de uma média de conclusão de graduação para 90%, o aumento da relação aluno/professor (RAP) de 18 para um e um aumento orçamentário de R\$ 2 bilhões (os 20%), daqui a cinco anos. O Reuni não busca um modelo único para as universidades federais, já que assume como plano tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto à diversidade das instituições. Não há prejuízo dos programas em desenvolvimento no setor do Ministério da Educação e dos sistemas de

ensino e, nessa condição, o programa deseja fundamentalmente aliar esforços e reforçar iniciativas para a ampliação das vagas e a elevação da qualidade da educação nacional. Porém, os projetos apresentados pelas universidades poderão tomar como base o conjunto de suas unidades acadêmicas, em algumas delas em novas unidades a serem criadas, desde que, ao final do período de cinco anos, a meta proposta seja alcançada.

A ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil propõe a igualdade de oportunidades para o estudante que mostra condições sócio-econômicas precárias. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e continuidade dos estudos, de forma a desenvolver a real igualdade de oportunidades, compreendida como partes complementares de um projeto de nação.

O principal objetivo do Reuni é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das universidades federais, respeitar as características próprias de cada instituição e estimular a variedade do sistema de ensino superior.

1.1 Contextualização

O ensino superior no Brasil foi oficialmente instalado com a vinda da Família Real em 1808, e desde então não parou mais de evoluir. O objetivo inicial era trazer a cultura de Portugal, mas as metas foram se ampliando e a universidade foi sendo alcançada por cada vez mais pessoas. Lentamente as instituições de ensino superior foram sendo criadas e após a Proclamação da República eram 70 estabelecimentos espalhados pelo país. Na década de 50, a economia brasileira se viu às voltas com a necessidade de tecnologia avançada para desenvolver a indústria nacional frente à concorrência e assim o ajustamento do ensino superior foi inevitável. Em 1961 foi implementada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e entre suas medidas estavam o reconhecimento das universidades aptas a funcionar e o estabelecimento da duração e currículo mínimos exigidos nos cursos superiores necessários para a obtenção de diploma e o exercício das profissões. Porém as medidas não foram suficientes para atender às demandas da população, insatisfeita com o número insuficiente de vagas oferecidas. Então uma nova reformulação do sistema educacional foi feita, e a mudança promoveu a ampliação da participação da iniciativa privada no ensino superior, dobrando o número de instituições de ensino entre 1968 e 1970. Já na década de 1990 novas mudanças aconteceram, entre elas a implementação da

nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A nova Lei de 1996 permitiu a criação de instituições de ensino superior com fins lucrativos, resultando em uma grande expansão com aumento de instituições e ofertas de vagas.

Diante do cenário atual do ensino superior, que veio se configurando desta forma, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação visa dar seqüência às normas gerais da educação articulando-a com as o desenvolvimento socioeconômico nas esferas local, regional e nacional. Os princípios do PDE para o ensino superior são:

a) a expansão da oferta de vagas (apenas 11% dos jovens entre 18 e 24 têm acesso ao nível superior); b) garantia de qualidade; c) promoção de inclusão social pela educação; d) ordenação territorial, permitindo o acesso de qualidade nas regiões mais remotas do país; e e) desenvolvimento econômico e social. Para alcançar esses objetivos, o PDE criou programas para atender com qualidade essa demanda de expansão. Os principais programas são o REUNI, o PROUNI e o FIES. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) surgiu do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Seu principal objetivo é o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. Por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o PROUNI foi criado com o objetivo de determinar que as instituições beneficiadas por isenções fiscais passem a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção. O Programa de Financiamento Estudantil, FIES, é destinado a financiar a graduação de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições privadas, cadastradas no programa e com avaliação 8 positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Ele foi criado em 1999 para substituir Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDUC).

A criação de programas e o crescente investimento na educação (desde o ensino básico até o ensino superior) demonstram a preocupação qualitativa e quantitativa do governo federal com o futuro do país. Percebe-se que a educação foi assimilada pela população e pelos governantes e administradores como a base de sustentação que subsidiará o crescimento e diminuirá as desigualdades sociais no Brasil. Apesar das críticas aos programas criados, essas medidas ainda sim simbolizam um marco na direção da expansão universitária brasileira.

1.2 Formulação do problema

- Em que medida a Educação pública pode ser considerada como um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária em que a igualdade de oportunidades seja uma base importante para a construção de uma sociedade democrática?

1.3 Objetivo Geral

- Analisar os resultados do Reuni no processo de implementação e identificar se têm propiciado igualdade de oportunidades e ampliação do acesso e garantia de permanência.

1.4 Objetivos Específicos

- Identificar os procedimentos relativos a ampliação do acesso e garantia dos jovens no ensino superior.
- Identificar possíveis implicações entre os procedimentos de ampliação de vagas e aumento da qualidade do ensino.

1.5 Justificativa

Ao falar do tema gestão pública do ensino superior, percebe-se a importância da educação no mundo atual e de práticas públicas que possibilitem o melhor desenvolvimento e capacitação das pessoas para enfrentar esse mundo. A maior vantagem dessas instituições é que são gratuitas e reconhecidas pela sua excelência em ensino, pesquisa e prática. A reflexão e as ações voltadas para o ensino superior público precisam ser ampliadas no Brasil. Esta é preocupação crescente acadêmicos e as principais instituições, onde o ensino público enfrenta o enorme desafio de discutir o desenvolvimento de conteúdo entre os poucos programas de graduação e pós-graduação disponíveis do país.

A gestão de políticas públicas na educação vem permitindo o aumento – muitas vezes indiscriminado – de instituições particulares, democratizando o acesso ao ensino superior por todo o país. Antigamente a grande maioria das universidades públicas tinha seu acesso restrito às classes mais favorecidas. Hoje, através do Reuni, uma política pública que negocia com o governo a ampliação das vagas nas universidades públicas, o acesso ao ensino superior não fica limitado a um certo grupo de pessoas. O Reuni oferece uma oportunidade para inovar o panorama de educação superior, autorizar novos mecanismos de seleção de estudantes, novas discussões da carreira escolar e novos

caminhos participativos. O Reuni é um exemplo de política pública que vem sendo colocado em prática e que está dando certo. Este programa se tornou um meio de diminuir as desigualdades sociais e educacionais, principalmente na esfera do ensino superior, e de pensar como melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Sendo assim, é impossível pensar na qualidade e no desenvolvimento das instituições de ensino superior no país sem se preocupar com as gestões de políticas públicas voltadas para a educação, no que elas propõem e em como as propostas serão implementadas. Além do governo federal, a academia pode tomar parte da responsabilidade nesse processo, pensando e discutindo novas possibilidades de práticas públicas para a educação. Isso acaba por retomar e revisar o que já foi feito e permite avaliar o que é viável ou não, o que pode dar certo ou não.

Apesar de a educação ter avançado em termos de definição da educação como direito do homem, a partir da segunda metade do século XX, ela ainda está longe de ser efetivada em termos de direito de toda e qualquer pessoa em nosso país. A legitimidade e o reconhecimento do direito humano à educação têm sido tema de longos e diversos debates e disputas no campo político, social e educacional como consequência da luta pela democratização da educação pública, em termos de acesso, permanência e qualidade da educação. Deste modo, a educação além de ser um direito social, ele é um pré-requisito para usufruir-se dos demais direitos civis, políticos e sociais emergindo como um componente básico dos Direitos de Homem. Todavia, não podemos esquecer que, no Brasil, a educação tem a marca histórica da exceção, consubstanciada pela enorme desigualdade social que alastra em todo país, desde a época de sua colonização até os dias atuais. Em função do chamado novo ordenamento econômico e social do capital internacional, o quadro de desigualdades sociais tem-se aprofundado, criando uma complexa rede de relações sociais e políticas, demonstração do processo de dominação e exploração econômica vivenciados pelos brasileiros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo principal desta pesquisa é compreender o modelo da gestão pública na implementação do Reuni. Portanto, O Reuni é um programa ousado de expansão e reestruturação do sistema de educação superior, parte integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Educação. Foi idealizado para dobrar a oferta de vagas públicas no ensino superior, com um orçamento de R\$ 7 bilhões aplicados em cinco anos.

Ao analisar a política de educação superior no contexto atual brasileiro, trazendo ao debate a reforma do Estado, no Brasil, e sua relação com a reforma desse nível de ensino implementada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com ênfase na atual política de expansão das universidades públicas federais, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni – vem para inovar e propor novas medidas.

Foi desenvolvido um estudo sobre as relações que podem ser estabelecidas entre a reforma do Estado brasileiro e a política do governo federal para a expansão do ensino superior público, por meio do Reuni. A análise da história do desenvolvimento do sistema capitalista sublinha que a artificialidade econômica que construiu o pleno emprego, por meio do fundo público baseado num acordo social e econômico produzido pela interferência do Estado de Bem-Estar Social, entrou em crise e deu lugar aos pensadores do neoliberalismo. A política do pleno emprego, em alguns países, implicou numa diminuição da posição dos indivíduos como mercadoria, à medida que foi dada maior importância aos direitos sociais, o que dependia da entrada de cada cidadão no mercado de trabalho (Bresser Pereira, 1995).

Os direitos humanos justificam atos políticos e influenciam movimentos sociais de dimensão universal ou regionais e locais. Os movimentos sociais causam conflitos, ampliam os espaços de participação e buscam novas formas de organização social, onde as políticas públicas voltadas para a educação podem ser entendidas.

Os movimentos em defesa dos direitos humanos estão atrelados diretamente às lutas constantes pela defesa da qualidade de vida tanto no que diz respeito a defesa das liberdades civis, aos direitos sociais e o cuidado com o meio-ambiente. Sua importância, como expressão política tem servido como referência de movimentos sociais tornando-se um instrumento de influência política. (Silva, 1999, p.45).

Entendendo então a urgência dos direitos sociais dentro da sociedade, a democratização da educação se enquadra perfeitamente dentro desse projeto. E pensar politicamente no que pode ser feito é assegurar que a educação seja um direito de todos e ultrapasse barreiras econômicas, raciais, religiosas e sociais.

2.1. O que significa Educação

A Educação está intimamente, associada à cultura da comunidade e que serve e, em resultado, o conceito de educação difere de uma comunidade para outra. Ela tem como encontro, em que pese à caracterização emprestadas por essas características culturais, é o ensino e o aprendizado.

Assim a educação significa, etimologicamente, revelar ou tirar de uma pessoa algo potencial e disfarçado que significa aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a torná-la capaz de escolhas individuais e sociais.

Segundo Gadotti (1999), distinguiu-se que a Educação tem um papel importante no processo de humanização do homem e de transformação social. Dessa forma, a evolução da Educação está intimamente ligada à evolução da sociedade. Portanto, digamos que a prática da Educação é muito anterior ao pensamento pedagógico. Este que surge com a imaginação sobre a prática, pela necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados fins e objetivos. Ao integrar nesse argumento, o professor é um dos principais agentes que possui meios para transformar a Educação através de uma prática pedagógica consciente e renovadora, com metodologias coerentes com a realidade dos educandos.

Para Freire (2007), fez um estudo sobre a concepção de ensino tradicional tão criticada atualmente teve declínio no movimento renascentista, porém sobrevive até hoje. Ao criticar forma de ensinar denomina o ensino tradicional como uma concepção bancária de Educação, na qual o professor transmite o conhecimento e o aluno apenas o absorve. Nessa linha de pensamento, o educador é o sujeito do processo de ensino e os educandos, são simples objetos. O autor compreende que, quanto mais essa concepção de ensino é desenvolvida menos os educandos desenvolverão sua consciência crítica, de que resultaria a sua entrada no mundo, na busca de transformá-lo. Com relação a isso,

De acordo com Fernandes (2004) trata dos termos conhecimento e autonomia, descrevendo a última como a possibilidade dos aprendizes se apropriarem do

conhecimento, a fim de refazê-lo de forma crítica, em busca de superarem o senso comum e serem capazes de modificar a cultura da sociedade.

Já Santos (2006) foi mais além ao relacionar os procedimentos metodológicos e o estudo qualificado como sendo qualitativo, descrevendo que o mesmo será sempre subjetivo, já que se integra às ciências sociais. Apresenta-se figurado na busca de compreender os fenômenos a partir de atitudes e sentidos que os agentes conferem às suas ações, com vista a construir um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo.

Para Brandão (2000), a educação escolar entende-se desde quando a sociedade é percebida como um grupo organizado, na qual construiu certa identidade e história e vem conseguindo identificar formas de agir coletivamente na busca de desenvolver em crianças e jovens habilidades e conhecimentos que facilitem a convivência em grupo. Esses processos de formação social nos mais variados tempos e espaços constituem uma prática totalmente conhecida como educação. Assim, não tem problema em compreender o caráter da prática social da educação, porém, a identidade da educação como campo de produção de conhecimento sistematizado merece receber maior atenção, investimento e ser mais bem investigada e desenvolvida.

2.2. Fatores determinantes na qualidade da educação

Segundo Dourado (2007, p. 12), o conceito de qualidade da educação tem vários significados. Do ponto de vista social, considera-se que a educação é de qualidade quando favorece a equidade entre as pessoas; já do ponto de vista econômico, a qualidade da educação está ligada ao bom uso dos recursos fornecidos à educação. Por isso é preciso estabelecer padrões para o controle da qualidade do ensino e da aprendizagem, além da necessidade de mensurar a eficiência e a eficácia dos sistemas educativos. Entretanto, para atingir resultados mais concretos no campo da educação, diversos indicadores de qualidade devem ser considerados, principalmente os fatores extra-escolares e intra-escolares. Dentre os fatores extra-escolares, para circunscrever as dimensões mínimas de qualidade da educação, estão às condições socioeconômicas e culturais dos envolvidos no processo educacional e os direitos, deveres e garantias do Estado. Já os fatores intra-escolares que precisam ser considerados na análise da qualidade da educação incluem as condições de oferta do ensino, a gestão e organização do trabalho escolar, a profissionalização do professor, o acesso, a permanência e o desempenho escolar. Portanto, para avançar as

discussões e buscar caminhos possíveis de melhorias é imprescindível analisar a qualidade da educação a partir de sua característica polissêmica.

Apesar dos diversos fatores condicionantes, é indiscutível que a educação pode ser considerada de boa qualidade quando é capaz de formar pessoas aptas a pensar e agir de forma autônoma, capacitação que deve começar na primeira educação e continuar por toda a vida. E sem dúvidas o professor contribui em grande parte nesse processo, se tornando uma referência estratégica na qualidade da educação. Pensando assim, simplificando um pouco a questão, uma universidade (ou qualquer outra instituição de ensino) precisa de pouco para ser de qualidade. Três condições básicas seriam professores bem formados, condições de trabalho adequadas e um bom projeto educacional. É importante que a universidade ofereça condições materiais, físicas e pedagógicas que formem um ambiente favorável à aprendizagem.

Para Morosini (2009, p.184), a qualidade é um construto fruto do contexto das sociedades e, portanto indissociável dos paradigmas de interpretação da sociedade. A problemática da qualidade da educação não se restringe aos seus diversos significados, os paradigmas educacional e social também têm sua participação no resultado final nos esforços postos no processo educacional. .

2.3. A lógica do capital e o seu impacto sobre a educação

De acordo com Mészáros (2005), poucos negariam hoje que a educação e os processos de reprodução mais amplos estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da educação é incrível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas essenciais e historicamente importantes funções de mudança. Mas para além do acordo sobre este simples fato, os caminhos dividem-se gravemente. Caso um determinado modo de reprodução da sociedade seja ele próprio apresentado como garantido, como o necessário quadro de intercâmbio social, nesse caso apenas são aceitos alguns ajustamentos menores em toda a propriedade em nome da reforma, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações são admissíveis apenas com o único objetivo de corrigir algum detalhe errado da ordem estabelecida, de forma a manterem-se as resoluções estruturais fundamentais da sociedade como um todo em acordo com as exigências constantes de um sistema reprodutivo na sua totalidade coerente.

Segundo o autor, o impacto da lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. Apenas as modalidades de determinação dos imperativos estruturais do capital no domínio educacional mudaram desde os primeiros dias sangrentos da acumulação primitiva até ao presente, em sintonia com as ocasiões históricas alteradas. Por isso, o significado da mudança educacional radical não pode ser senão o de romper a barreira da lógica incorrigível do sistema através do planejamento e da insistência da estratégia de quebrar a regra do capital com todos os meios disponíveis, assim como com todos aqueles que ainda têm de ser inventados neste espírito.

Diante de todo esse retrospecto, percebe-se a necessidade de novas práticas de gestão pública no campo da educação. O projeto gestão e políticas públicas destaca a reflexão dentro de uma situação de redefinição do papel do Estado, onde estão em debate reformas administrativas, mudanças e desenvolvimentos organizacionais e novas formas de parceria entre os setores público e privado, buscando a transformação das relações entre Estado e sociedade e à elevação da qualidade dos serviços públicos. Existe uma necessidade de mudança dos objetivos do Estado e a busca de reorganização de políticas públicas para que a educação se torne eficiente e proporcione aos indivíduos oportunidades de desenvolvimento e fortalecimento para encarar o mundo de hoje tão determinado pela lógica da globalização.

Na situação atual em que as escolas se configuram como menos atrativas vemos que é preciso motivar uma massa de educadores afinados com o ritmo do avanço científico e tecnológico para gerar na escola momentos prazerosos em busca de um processo educativo de qualidade e adequado à realidade dos alunos.

O resgate do ensino público e gratuito, que é norma constitucional, precisa ser colocado em prática pelos gestores públicos para que o processo educativo gere pesquisa, desenvolvimento e avanço científico e tecnológico, condições essenciais para elevar a posição do país no ranking do desenvolvimento das nações.

2.4. Administração educacional e gestão da educação

Para Okumbe (1999), pode-se afirmar que a administração da educação e a gestão educacional são áreas de estudo das ciências aplicadas. A gestão da educação é um domínio de aplicação da gestão. Podemos então deduzir que a gestão da educação se refere à aplicação da teoria e prática da gestão do ensino ou das instituições educacionais. O mesmo conceito aplica-se à administração da educação. A administração da educação é um

processo de aquisição e de alocação de recursos que deve levar à realização de objectivos educativos predeterminados.

Ao falar da administração educacional e gestão da educação percebemos de que existe uma diferença entre administração e gestão, podemos dizer que a gestão é o processo de trabalhar com e através de grupos ou indivíduos para atingir objetivos organizacionais, ao passo que a administração diz respeito à direção e ao controle da vida num sistema social. Se, por um lado, a administração tem como objetivo estabelecer uma política que orienta as normas e regulamentos relativos à tomada de decisões, a gestão diz respeito à aplicação das regras e regulamentos.

Segundo Paro (1986), o que a administração tem de essencial é o fato de ser agente na busca de objetivos, e na utilização racional de recursos para a realização de determinados fins.

Para Bobbio (1989), a abertura para a verdadeira democratização da sociedade, precisa passar pela ocupação de novos espaços, isto é, de espaços até agora dominados por organização de tipo hierárquico ou burocrático. A participação da população na escola ganha sentido, assim, na forma de uma atitude positiva da instituição com relação aos usuários, em especial aos pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo oportunidades de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, e de participação na vida escolar. Portanto, levar o aluno a querer aprender implica um acordo tanto com educandos, fazendo-os sujeitos, quando com seus pais, trazendo-os para o convívio da escola, mostrando-lhes o quanto é importante sua participação e fazendo uma escola pública de acordo com seus interesses de indivíduos. (Paro, 1997).

De acordo com Carneiro (2001), a escola tem que dar conta do que faz da maneira como o faz e de modo como está a alcançar ou a deixar de alcançar os objetivos que lhe são fixados, é uma responsabilidade impossível de evitar da escola e dos seus conselheiros.

A filosofia da participação e do envolvimento é igual à filosofia inerente à construção do Projeto Educativo, que todos devem envolver, na avaliação de um excelente instrumento para a concretização desse projeto (Guerra, 2000).

Segundo Azevedo (2002), a maior desvantagem será a dificuldade em focar todos os problemas que pode atrasar o funcionamento da escola e a existência de uma insuficiente qualidade na avaliação dos dados alcançados, uma vez que são os próprios elementos da comunidade a avaliar.

Para Alaíz (2003) e Guerra (2000), a importância de uma reflexão a respeito da forma de avaliação poderia sugerir o desvio da atenção para a outra forma de avaliação, a

auto-avaliação, pois é esta que pode contribuir para uma provação dos pontos fortes e fracos da escola, e, conseqüentemente, para a sua crescente autonomia.

2.5. Gestão escolar no processo democrático

Segundo Botler (2003, p. 121) a gestão escolar democrática e descentralizada, trazida na Constituição Federal de 1988, obteve legislação própria com a promulgação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que está pautada no princípio democrático do ensino público e propõe a escola como uma instituição autônoma que forma entendimentos como resultado de um consenso interno, gerado pela própria comunidade escolar, por intermédio da participação de diretores, pais, professores, funcionários e alunos, conectando a construção social de novas realidades à cultura local.

A gestão escolar, do ponto de vista da democracia, é um processo que passa pela democratização da própria escola e por sua constituição social, e não apenas um processo límpido e democrático quanto à sua administração. Portanto a gestão escolar abrange as esferas interna e a externa. A primeira diz respeito à organização interna da escola, que envolve processos administrativos, a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos, político e administrativo. A segunda refere-se à função social da escola, sua missão democrática, objetivamente com o intuito de disseminar o conhecimento produzido e sua socialização (Silva, 2007, p. 3).

Do ponto de vista de Madeira (1998, p. 71) as políticas educacionais estão limitadas à oportunidade de participação do indivíduo apenas à sua superficial adesão. Não considerar o indivíduo nas ações educativas é determinar seu fracasso nesse processo. Já o sucesso é fruto da gestão participativa que mantém o espaço para o diálogo sempre aberto, porque as mudanças só acontecem e as políticas só são implementadas na escola quando as pessoas são entendidas e valorizadas como sujeitos plenamente ativos no processo. Sem dúvidas a qualidade educacional é aumentada também quando existe reconhecimento e respeito ao trabalho do professor, do gestor escolar e às contribuições das comunidades e localidades.

É importante frisar, assim como faz Freitas (2000, p.50), que a qualidade da educação não se reduz à competência de gestores, professores, pais, funcionários, alunos, já que entende-se que o sucesso também está relacionado aos investimentos do Estado

designados ao desenvolvimento da educação e a entrada de novos modelos de reorganização administrativa.

Assim posto, para que uma gestão democrática efetivamente aconteça é necessário compreender que a participação conjunta de todos os agentes envolvidos no processo educacional aumenta a probabilidade de encontrar meios de corresponder às demandas da sociedade no que diz respeito à atuação da escola. Quanto mais pessoas forem - envolvidas e ativas na vida escolar, maiores são as chances de relações flexíveis e não autoritárias entre os educadores e a comunidade escolar (Maia e Bogoni, 2008).

3. MÉTODOS E TÉCNICA DE PESQUISA

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

A pesquisa a ser realizada será descritiva, a partir dos dados coletados de documentos e pesquisa bibliográfica sobre o programa Reuni. O tratamento dos dados tem caráter qualitativo, tendo como base os resultados encontrados do programa Reuni do governo federal. Será feita uma análise de conteúdo dos dados encontrados a respeito desses resultados, além da análise documental de dados quantitativos sobre o programa.

De acordo com Martins (2004, p. 289) a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. É importante ressaltar, que como em qualquer pesquisa qualitativa, será feito um corte temporal-espacial no fenômeno que está sendo estudado. Serão analisados os dados do programa no período de 2007 a 2010 implementados na Universidade de Brasília. Então se justifica uma análise qualitativa dos resultados do Reuni para que possa ser feita uma observação mais minuciosa do desenvolvimento e das características do programa. A análise documental dos dados quantitativos do programa é um método de verificação de dados que contribui para a análise global do Reuni, portanto também será utilizada nesta pesquisa.

3.2. Caracterização da organização, setor ou área

O objeto de estudo desta pesquisa são os resultados do programa Reuni. O Reuni é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Em 2003 o governo federal começou a adotar medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam sua expansão física, acadêmica e pedagógica. Algumas das metas deste programa são aumentar o número de vagas nos cursos de graduação, ampliar a oferta de cursos noturnos, promover inovações pedagógicas e combater a evasão. A previsão de conclusão do programa é para 2012.

3.3. População e amostra

Dentre as 52 universidades que participam do programa foi retirada uma amostra significativa da população. O participante escolhido para essa pesquisa é a Universidade de Brasília, uma universidade de referência no país e que viabilizará a coleta e análise de dados devido à proximidade desta.

3.4. Caracterização dos instrumentos de pesquisa

O principal instrumento de pesquisa é a análise documental dos dados sobre os resultados do Reuni. A pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação

3.5.Procedimentos de coleta e de análise de dados

A coleta de dados será realizada por meio dos documentos disponíveis para consulta que se refiram aos projetos do programa Reuni que foram implementados, documentos estes disponibilizados tanto na internet quanto na própria Universidade.

O processo de análise dos dados será feito por meio da análise do conteúdo. Segundo Vergara (2005, p.15), a análise de conteúdo é uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

A finalidade da análise de conteúdo é produzir inferência, trabalhando com vestígios e índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (Puglisi, Franco, 2005, p. 25).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Será apresentado o resultado encontrado na universidade escolhida para análise: a Universidade de Brasília (UnB). A análise do programa Reuni foi feita com base nos documentos disponíveis na própria Universidade e no site da Universidade disponível na Internet. Entre os documentos analisados estão relatórios anuais e semestrais, planilhas-síntese, atas de reunião da comissão do Programa e projetos referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010. Vale lembrar que o Programa Reuni foi implementado na Universidade de Brasília do ano de 2007.

- **Análise do ano de 2008**

O presente relatório do programa referente ao período de Setembro de 2008 a Abril de 2009 mostra que as obras previstas no Projeto REUNI estão sendo realizadas conforme relação de obras aprovada na 339ª. Reunião do CONSUNI, realizada em 4/7/2008. No ano de 2008, foram repassados à Universidade de Brasília pelo MEC R\$12.000.000,00 destinados às obras e reformas previstas no REUNI. Os recursos foram integralmente postos na reforma do módulo 18 anteriormente ocupado pelo CESPE (Centro de Seleção e Promoção de Eventos) para atender ao CIC (R\$ 467.022,20) na construção de prédio do Campus do Gama (R\$8.019.330,11) e na construção de parte do Instituto de Ciências Biológicas (R\$ 3.513.647,69).

No ano de 2008, o Ministério da Educação liberou R\$ 3 milhões para a compra de equipamentos para o REUNI e os recursos foram integralmente destinados à aquisição de veículos e equipamentos de informática, devidamente aprovados na Comissão Permanente do REUNI. Esses novos veículos foram destinados ao uso coletivo da Universidade.

Assim, o restante dos recursos de investimento, R\$ 1.076,091,25, foram utilizados para aquisição de equipamentos de informática para atendimento das necessidades administrativas e acadêmicas dos cursos de graduação com aumento de vagas em 2009 e cursos novos de 2009, de acordo com o critério de R\$ 5.000,00 por nova vaga discente aberta, aprovado na 339ª reunião do CONSUNI.

No ano de 2008, foram autorizadas nomeações de docentes de 22 a 31 de dezembro de 2008 no âmbito da portaria 1226/2008. Tendo em vista que a UnB ainda não havia realizado concursos REUNI, foram nomeados 27 docentes de concurso Banco de Professores Equivalentes (BPEq) com códigos de vagas do REUNI. Esta troca temporária,

possível devido à orientação do MEC, permitiu à Universidade ter, no início de 2009, 27 vagas disponíveis do Reuni. Essas primeiras 27 vagas docentes foram disponibilizadas para contratação de docentes que estão sendo aprovados nos concursos, considerando a distribuição de docentes aprovada em 25/9/2008 e as necessidades da Universidade Aberta (UAB) e do programa de expansão etapa 1. Na última quinzena de Dezembro de 2008, o MEC autorizou a nomeação de 123 servidores técnicos-administrativos, sendo 50 de nível médio e 73 de nível superior. Foram nomeados servidores de cargos previstos no REUNI aprovados no concurso de 2007 da UnB. Nesta primeira distribuição de servidores, foi feito levantamento das unidades e áreas que já haviam recebido concursados e de seus respectivos cargos, objetivando-se uma análise mais abrangente da situação de cada área. A finalidade foi fortalecer, mesmo que parcialmente, as áreas de administração e órgãos de apoio da Universidade impactados pelo projeto, além das unidades acadêmicas, com a contratação de servidores técnicos especializados, com a condição de que houvesse candidatos concursados nos cargos específicos. Muitos dos técnicos nomeados, entretanto, não assumiram o cargo. Outros assumiram o cargo e já pediram exoneração, devido aos baixos salários percebidos.

O comitê gestor do programa de bolsa REUNI de assistência ao Ensino da Universidade de Brasília, atendendo à portaria do MEC nº 582 de 14 de Maio de 2008 lançou, em Março de 2009, o edital 1/2009, que implementou na UnB o programa de bolsas REUNI de assistência ao ensino da Universidade de Brasília. Inscreveram-se 38 programas de Pós-Graduação da UnB, que solicitaram 147 bolsas de Mestrado e 88 bolsas de Doutorado. Foram distribuídas 34 bolsas de Doutorado e 64 bolsas de Mestrado. A Universidade de Brasília também recebeu do MEC em 2009 R\$ 2.400.000,00 destinados a 800 novas bolsas para alunos de graduação, de R\$ 300,00 mensais. As bolsas tiveram a seguinte distribuição inicial, conforme aprovação da Comissão Permanente do REUNI: 100 novas bolsas para o Programa de Iniciação Científica (ProIC), 50 novas bolsas de assistência estudantil, 40 bolsas para estudantes de cursos de Licenciatura participantes do programa PRODOCÊNCIA, novas bolsas para o PIBEX, para atendimento a Projetos de Ação Contínua (PAC) que atuam em escolas públicas, a ser definido pelo Decanato de Extensão (DEX); novas bolsas para alunos de graduação que atuarem em plantão de dúvidas de disciplinas com alto índice de reprovação.

•Análise do ano de 2009

O estudo do projeto arquitetônico para a construção da Casa do Estudante Universitário foi apresentado pelo Decana de Assuntos Comunitários à Comissão Permanente do REUNI em 02 de dezembro de 2009, depois de análises e discussões promovidas pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) e Câmara de Assuntos Comunitários (CAC). Quando houver a definição final do projeto por parte do DAC e do Centro de Planejamento (CEPLAN), o projeto deverá ser submetido à Comissão Permanente (CPREUNI) para análise quanto à compatibilidade orçamentária. Quanto ao Restaurante Universitário, para atender à demanda de alimentação decorrente da expansão após plena implementação do REUNI na UnB, a administração superior da UnB realizou reforma no atual prédio do RU utilizando recursos próprios, no valor aproximado de R\$ 3,5 milhões. Nos três campi novos que ainda não têm RU estão sendo pagas bolsas de auxílio alimentação pelo DAC, com os fundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES-MEC), além das 50 bolsas de permanência da cota do REUNI. Após estudo técnico do CEPLAN, a Comissão Permanente do REUNI aprovou a construção de um prédio para os departamentos de Ciência da Computação e Estatística e também para a construção de um prédio para ser a sede dos Institutos de Ciência Política e Relações Internacionais, que liberarão todos os espaços atualmente ocupados no prédio da FA. No total houve um repasse de R\$ 39.626.221,96, referente ao orçamento previsto para obras, reformas, aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

Entre Maio e Dezembro de 2009 não houve distribuição de docentes já que o processo de distribuição dos anos de 2008 e 2009 já havia sido feito. O processo ocorreu em duas etapas: a primeira, com 84 vagas, distribuídas pela portaria MEC 1110/2008, e a segunda, com 216 vagas, de acordo com o quantitativo disponibilizado pela portaria MEC 1226/2008, totalizando as 300 vagas docentes previstas para os anos de 2008 e 2009.

Em Maio de 2009 a UnB realizou concurso público para formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior e de nível intermediário para o seu quadro permanente, em vagas criadas pelo REUNI, pelo Programa de Expansão da Universidade de Brasília e pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Já em Dezembro de 2009, mediante a portaria MEC 1225/2009, foram nomeados 156 profissionais de nível superior e 49 de nível intermediário. Muitos técnicos nomeados não assumiram o cargo, e outros assumiram, mas pediram exoneração.

As metas de aumento de vagas discentes propostas para o ano de 2009 foram completamente alcançadas. A meta era a oferta de 6.072 vagas em 2009, tendo sido ofertadas 6.082 vagas, sendo 2.728 no 1º/2009 e 3.354 no 2º/2009. Em 2009, a oferta de vagas em cursos noturnos foi de 1388, o que representou aumento de 390 vagas nos cursos noturnos da UnB em relação a 2008. A oferta de vagas em cursos de licenciatura, ou que têm licenciatura como uma das habilitações disponibilizadas aos estudantes, foi de 2.298, o que representou aumento de 374 vagas nos cursos de licenciatura da UnB em relação a 2008. Segue o quadro que mostra o aumento do número de vagas nos cursos de graduação.

Quadro 1. Evolução do aumento de vagas - Cursos de Graduação

Curso	1º/2009	2º/2009	Total 2009
Campus Darcy Ribeiro			
Diurno			
Administração	52	60	112
Agronomia	40	60	100
Arquitetura e Urbanismo	30	40	70
Artes Cênicas (Bacharelado/Licenciatura)	0	26	26
Artes Cênicas (Bacharelado)	16	0	16
Artes Plásticas (Bacharelado/Licenciatura)	30	30	60
Biblioteconomia	40	40	80
Ciência da Computação (Bacharelado)	30	38	68
Ciência Política	50	50	100
Ciências Biológicas (Bacharelado/Licenciatura)	30	30	60
Ciências Contábeis	46	46	92
Ciências Econômicas	50	50	100
Ciências Farmacêuticas	30	40	70
Ciências Sociais	60	90	150
Comunicação Social	66	66	132
Desenho Industrial (Bacharelado)	20	20	40
Direito	60	0	60
Educação Artística: Artes Cênicas (Licenciatura)	10	0	10
Educação Artística Música (Licenciatura)	16	16	32
Educação Física (Licenciatura)	50	50	100

Enfermagem	28	28	56
Engenharia Civil	40	40	80
Engenharia da Computação	0	40	40
Engenharia de Redes de Comunicação	26	40	66
Engenharia Elétrica	40	40	80
Engenharia Florestal	40	50	90
Engenharia Mecânica	40	40	80
Engenharia Mecatrônica	26	40	66
Estatística	30	30	60
Filosofia	20	20	40
Física (Bacharelado/Licenciatura/Física Computacional)	36	36	72
Geofísica	30	30	
Geografia	30	30	60
Geologia	26	26	52
História	30	40	70
Letras-Francês (Bacharelado/Licenciatura)	20	26	46
Letras Inglês (Bacharelado/Licenciatura)	16	20	36
Letras Português (Bacharelado/Licenciatura)	24	30	54
Letras Português do Brasil como Segunda Língua (L)	24	30	54
Letras Tradução Francês	14	18	32
Letras Tradução Inglês	14	18	32
Matemática (Bacharelado/Licenciatura)	36	36	72
Medicina	36	36	72
Medicina Veterinária	30	30	60
Museologia	0	32	32
Música (Bacharelado)	26	26	52
Nutrição	26	26	52
Odontologia	20	20	40
Pedagogia	76	76	152
Psicologia	36	50	86
Química (Bacharelado)	32	32	64
Relações Internacionais	40	40	80
Serviço Social	30	40	70

Total Diurno	1638	1868	3506
Noturno			
Administração	42	50	92
Arquivologia	42	42	84
Artes Plásticas (Licenciatura)	0	34	34
Ciências Ambientais	0	40	40
Ciências Biológicas (Licenciatura)	32	40	72
Ciências Contábeis	46	46	92
Computação (Licenciatura)	34	46	80
Direito	0	62	62
Artes Cênicas (Licenciatura)	34	0	34
Engenharia de Produção	0	40	40
Física (Licenciatura)	32	32	64
Gestão de Políticas Públicas	0	50	50
História (Licenciatura)	0	40	40
Letras Espanhol (Licenciatura)	24	30	54
Letras-Japones (Licenciatura)	22	28	50
Letras Português (Licenciatura)	32	40	72
Letras Tradução Espanhol	0	30	30
Matemática (Licenciatura)	32	32	64
Música (Licenciatura)	0	26	26
Pedagogia	42	42	84
Química (Licenciatura)	32	32	64
Total Noturno	446	782	1228
Total (D) + (N)	2084	2650	4734
Curso	1º/2009	2º/2009	Total 2009
Campus Ceilândia			
Enfermagem	46	46	92
Fisioterapia	46	46	92
Gestão de Saúde	60	60	120
Farmácia	46	46	92
Terapia Ocupacional	46	46	92
Total FCE	244	244	488
Curso	1º/2009	2º/2009	Total 2009
Campus Gama			
Engenharia	240	240	480
Total FGA	240	240	480

Curso	1º/2009	2º/2009	Total 2009
Campus Planaltina Diurno			
Gestão do Agronegócio	40	40	80
Educação do Campo	60		60
Ciências Naturais (L)	40	40	80
Total Diurno	80	140	220
Curso	1º/2009	2º/2009	Total 2009
Campus Planaltina Noturno			
Gestão Ambiental	40	40	80
Ciências Naturais (L)	40	40	80
Total Noturno	80	80	160
Total FUP	160	220	380
Total Geral	2728	3354	6082

As ações referentes à reestruturação acadêmica e pedagógica previstas nas dimensões e sub-dimensões do Programa REUNI - UnB foram realizadas, como a criação de bolsas Reuni. Foram criadas 400 vagas para alunos de graduação, bolsa que possui valor mensal de R\$ 300,00. Destas, 209 foram efetivamente preenchidas por discentes, sendo cinco bolsas destinadas a estudantes indígenas, com vistas à sua inclusão social e cinco bolsas disponibilizadas aos estudantes portadores de necessidades educacionais especiais (PPNE). Para a assistência ao ensino da pós-graduação, Mestrado e Doutorado, e para a formação de cadastro de reserva para bolsas de doutorado a UnB disponibilizou 130 bolsas, das quais 116 foram efetivamente utilizadas, sendo 75 bolsas de Mestrado e 41 bolsas de Doutorado. Ademais, o Reuni ofertou 62 bolsas por meio do Decanato de Extensão da UnB referentes ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), 100 bolsas de Iniciação Científica por meio do Decanato de Pesquisa e Pós Graduação da UnB e 50 bolsas permanência ao Decanato de Assuntos Comunitários visando favorecer a permanência do estudante de graduação que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

•Análise do ano de 2010

O relatório do programa referente ao período de Janeiro a Junho de 2010 mostra o investimento feito com os equipamentos adquiridos no período, decorreram do critério de R\$ 5.000 por vaga nova aberta, conforme aprovado pelo CONSUNI no projeto do REUNI,

e de recursos adicionais distribuídos em 2009 pela Comissão Permanente REUNI cujo destino foi aprovado nos respectivos colegiados de cursos de graduação. Segue o quadro abaixo com o resumo dos equipamentos adquiridos.

Quadro 2 – Investimento dos recursos orçamentários do REUNI de janeiro a junho de 2010.

1. Investimento/Obras e Reformas		
1. Obras e Instalações: Darcy Ribeiro	Valor contratado (R\$)	Situação em 30/06/2010 retirar esta coluna
Bloco de salas de aulas sul 1ª etapa	R\$3.537.588,78	Em execução
Bloco de salas de aulas norte	R\$2.328.820,76	Em execução
Reforma Anfiteatros 03, 08, 13 e 18 – ICC	R\$936.209,39	Em execução
Subtotal 1	R\$6.802.618,93	
2. Equipamentos/Material Permanente		
2.1 Equipamentos e material permanente	R\$ 341.333,04	
Subtotal 2	R\$341.333,04	
Total Geral	R\$7.143.951,97	

Com relação aos equipamentos e materiais permanentes, nacionais e importados, as unidades acadêmicas solicitaram mobiliário, em geral mesas, cadeiras, armários, arquivos; e os bens de informática, entre eles estabilizadores, impressoras, microcomputadores, monitores, nobreaks, notebooks, projetores, scanners, processadores; dentre os utensílios domésticos solicitaram ar condicionado, televisores, fax, etc. Com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da Biblioteca Central da UnB, conforme diretriz aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI) para o REUNI - UnB foram realizadas compras de mobiliário no valor de R\$ 29.934,00, já contabilizados no total. O quadro abaixo mostra essas aquisições.

Quadro 3. Síntese dos equipamentos e materiais solicitados com recursos do REUNI até junho/2010.

Categoria	Valor (R\$)
Equipamentos de Informática	87.212,37
Mobiliário	240.630,00
Utensílios Domésticos	13.490,67
Total Solicitado	341.333,04

Contudo, a 3ª distribuição de docentes havia sido aprovada na 25ª reunião da CPREUNI, em 22/12/2009, e homologada o referendo na reunião do CEPE (resolução CEPE 07/2010, de 02/02/2010). No período deste relatório, foi realizada complementação da 3ª distribuição de docentes aprovada na 27ª reunião do CPREUNI, realizada em 06/04/2010, e no CEPE, conforme resolução CEPE nº 26/2010, de 27/04/2010. Segue o quadro com a distribuição complementar dos docentes.

Quadro 4. Complementação da 3ª distribuição de vagas docentes.

Unidade	Número de docentes	Informação Adicional
Departamento de Geografia (GEA/IH)	1	Curso de Turismo
Departamento de História (HIS/IH)	1	Curso de Turismo
Departamento de Economia (ECO/FACE)	1	Curso de Turismo
Departamento de Administração (ADM/FACE)	2	Curso de Turismo: 1; Gestão do Agronegócio + prestação de serviços: 1
Instituto de Ciências Biológicas (IB)	1	Curso de Turismo
Centro de Excelência em Turismo (CET)	3	Curso de Turismo
Departamento de Filosofia (FIL/IH)	2	Curso de Filosofia (Licenciatura, noturno)
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV)	6	Curso de Gestão do Agronegócio (<i>Campus</i> Darcy Ribeiro, noturno)
Total	17	

O Ministério da Educação (MEC) autorizou a nomeação de 247 docentes no período, através da portaria nº 159, de 09/02/2010, para atender aos programas REUNI, programa de Expansão Etapa 1 e Universidade aberta (UAB) . Na 26ª reunião da CPREUNI, realizada no dia 26/02/2010, foi homologada a 2ª distribuição de funções gratificadas para atender ao REUNI, tendo como base a portaria MEC nº 94, de 29/01/2010, e pactuação do REUNI com o MEC. A UnB recebeu autorização do MEC, por meio da Portaria 324/2010, de 19/03/2010, para realizar concurso para 10 vagas de técnicos de nível superior (classe E) e 33 vagas de técnicos de nível intermediário (classe E), destinadas ao atendimento das demandas constante dos termos de acordo de metas do programa Reuni exercício 2010, também recebeu autorização do MEC, por meio da portaria 468/2010, de 13/04/2010, para realizar concurso para 111 vagas de técnicos de nível superior, destinadas ao atendimento das demandas da UnB, constante dos termos de acordo de metas do programa REUNI exercício 2011.

A UnB ofereceu 3.958 vagas no edital do vestibular do 2/2010, publicado em 19 de abril de 2010 com o aumento de 428 vagas discentes em relação à seleção para o 2/2009. Ações referentes à reestruturação acadêmica e pedagógica previstas nas dimensões e sub-dimensões do Programa REUNI - UnB continuaram sendo executadas no período, conforme resumo a seguir:

a) Programa de bolsas REUNI para estudantes de graduação com a finalidade de apoiar o ensino de graduação e contribuir para a reestruturação da Universidade, mediante os seguintes objetivos: incentivar práticas pedagógicas inovadoras, melhorar os índices de rendimento de estudantes, contribuir para redução do tempo de permanência (retenção) e de evasão estudantil nos cursos de graduação, contribuir para a reestruturação dos cursos de graduação, contribuir para a formação de docentes para o ensino básico e superior. A Comissão constituída pela Câmara de Ensino de Graduação para análise de propostas no âmbito do edital DEG 01/2010 recebeu e analisou 217 pedidos de bolsas, de 27 cursos de graduação, dos quais 130 pedidos foram contemplados, conforme divulgado no portal da UnB/DEG.

b) Programa de Bolsas REUNI para estudantes de pós-graduação, foi lançado edital DEG 02/2010, referente ao programa REUNI de assistência ao ensino. As bolsas são concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e possuem os mesmos valores e regulamentação das demais bolsas de pós-graduação no país. No período deste relatório, a UnB disponibilizou 206 bolsas, das quais 122 foram efetivamente utilizadas no respectivo edital, sendo 74 bolsas de Mestrado e 48 bolsas de Doutorado.

- c) Ampliação do número de bolsas de extensão de 62 para 100 bolsas, referentes ao programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX), e proposição ao Decanato de Extensão (DEX) para que o valor da bolsa seja aumentado para R\$ 360,00, como as demais bolsas pagas aos estudantes.
- d) Ampliação do número de bolsas de Iniciação Científica (PRO-IC) de 100 para 120 bolsas pagas com recursos do REUNI e gerenciadas pelo DPP, além de aumento do valor para R\$ 360,00, como as demais bolsas acadêmicas pagas aos estudantes de graduação.
- e) Ampliação do número de bolsas de permanência de 50 para 100 bolsas no valor de R\$ 465,00 cada.
- f) Reaproveitamento das vagas ociosas: foram oferecidas 551 vagas para ingresso na UnB na modalidade de transferência facultativa, edital nº1 – 1º TF/2010, de 02/10/2009, e aprovados 122 candidatos.

Quadro 5. Transferência facultativa - dados consolidados

	1º/05	2º/05	1º/06	2º/06	1º/07	2º/07	1º/08	2º/08	1º/09	2º/09	1º/10
Oferecidas	202	211	217	217	217	214	214	224	345	745	551
Preenchidas	36	31	61	51	59	62	53	56	140	141	122

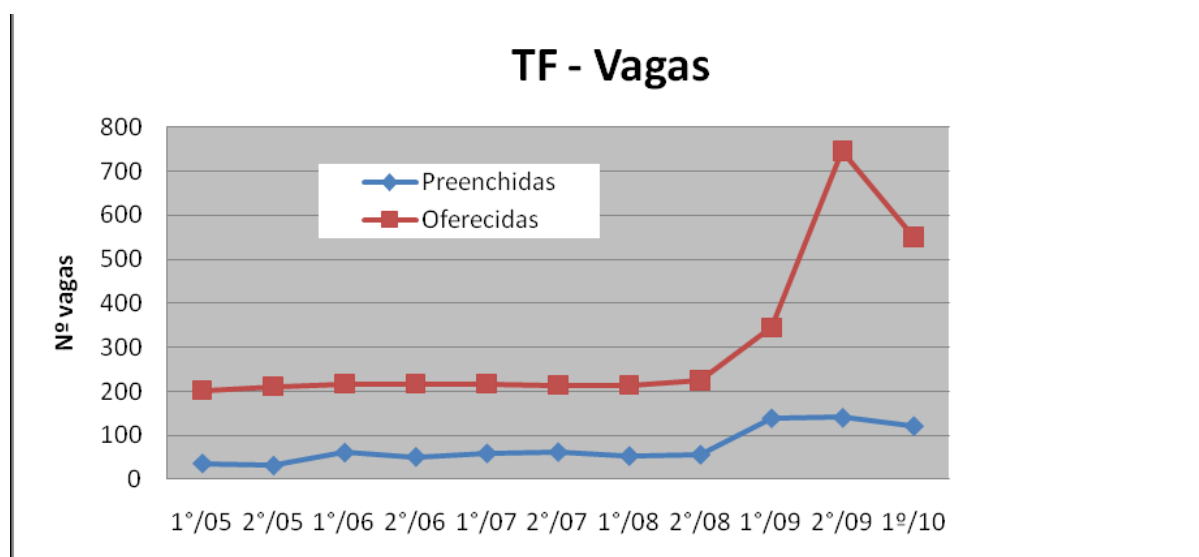


Figura 1- Transferência Facultativa – vagas ofertadas e preenchidas

- g) Curso de formação docente com objetivo de integrar os professores e coordenadores ao processo de reestruturação e ao ensino de graduação desta Universidade, incluindo

aspectos administrativos, acadêmicos e pedagógicos, o Decanato de Ensino Graduação e a Secretaria de Recursos Humanos estão organizaram o curso de formação docente, onde no primeiro momento foram convidados especialmente os professores contratados a partir de 2008 e os coordenadores de curso para participarem do 1º curso de “Formação Docente” foi realizado entre os dias 23 e 25/02/2010, com carga horária de 30 horas, voltado para os novos professores.

h) Elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). Este projeto está em construção desde o final de 2008 quando houve a pactuação do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília (REUNI), na Universidade de Brasília. Como em 2009 os debates coletivos foram insuficientes, no ano de 2010 houve mudança na metodologia de construção do PPPI no planejamento inicial, ao invés de amplas discussões, como em 2009, houve grupos formados por docentes, técnico-administrativo e discentes indicados pelos colegiados das diferentes unidades, por segmentos dessas unidades ou ainda por organismos representativos, que tem por objetivo começarem a se reunir a partir do segundo semestre de 2010.

Foram apresentados os documentos analisados para este estudo, os relatórios anuais e semestrais, planilhas-síntese, de reunião feita pela comissão do Programa Reuni na Universidade de Brasília, com projetos relativos aos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Segue quadro-síntese do orçamento destinado à Universidade de Brasília entre os anos de 2008 e 2012:

QUADRO SÍNTESE DE ORÇAMENTO								
UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA								
Orçamento			2008	2009	2010	2011	2012	Total
Custeio	Pessoal	Professores Equivalentes	.323.498,50	16.646.997,00	24.970.495,50	30.519.494,50	30.519.494,50	110.979.980,00
		Servidores de Nível Superior	379.646,40	569.469,60	1.708.408,80	6.643.812,00	6.643.812,00	15.945.148,80
		Servidores de nível intermediário	159.056,20	1.208.827,12	1.797.335,06	2.385.843,00	2.385.843,00	7.936.904,38
		Total	8.862.201,10	18.425.293,72	28.476.239,36	39.549.149,50	7.936.904,38	134.862.033,18
	Bolsa	Assistência Estudantil	0,00	2.400.000,00	3.000.000,00	4.500.000,00	7.500.000,00	17.400.000,00
		Mestrado	0,00	1.128.000,00	2.256.000,00	3.384.000,00	4.512.000,00	11.280.000,00
		Doutorado	0,00	167.280,00	501.840,00	1.170.960,00	2.509.200,00	4.349.280,00
		Pós-Doutorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Professor Visitante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total	0,00	3.695.280,00	5.757.840,00	9.054.960,00	14.521.200,00	33.029.280,00
	Unidades Básicas de Custeio		1.074.950,00	2.919.564,20	7.470.902,50	9.406.887,45	10.554.934,05	31.427.238,20
	Total Projetado		9.937.151,10	25.040.137,92	41.704.981,86	58.010.996,95	64.625.283,55	199.318.551,38
	Créditos Autorizados		4.757.679,96	16.235.726,77	29.752.026,31	45.191.341,89	62.420.910,48	158.357.685,41
	Diferenças		- 5.179.471,14	-8.804.411,15	-11.952.955,55	- 12.819.655,06	-2.204.373,07	- 40.960.865,97
Investimento	Edificações		12.000.000,00	19.543.600,00	20.506.580,00	1.800.000,00	0,00	53.850.180,00
	Edificações Infra-Estrutura		0,00	3.882.800,00	0,00	0,00	0,00	3.882.800,00
	Equipamentos		3.000.000,00	16.000.000,00	14.500.000,00	14.500.000,00	0,00	33.500.000,00
	Total Projetado		15.000.000,00	39.426.400,00	35.006.580,00	35.006.580,00	0,00	91.232.980,00
	Créditos Autorizados		1.019.777,31	0,00	0,00	0,00	0,00	11.019.777,31
	Diferenças		- 3.980.222,69	-39.426.400,00	-35.006.580,00	- 35.006.580,00	0,00	- 80.213.202,69

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Apesar da grande quantidade de investimentos e contratações e do forte discurso social presente no decreto que institui o Programa de Apoio aos Planos de Reorganização e Expansão das Universidades Federais (Reuni), percebe-se que o programa é orientado por características macroeconômicas no que diz respeito à reestruturação da produção e reforma do Estado. Essas políticas estão relacionadas às estratégias de inclusão da economia brasileira nas transformações que vêm ocorrendo na base produtiva do capitalismo, no âmbito mundial. Essas políticas se orientam por um modelo de gestão gerencialista, onde princípios como produtividade, ajuste estrutural e controle estão contidos nas propostas que vem sendo implementadas nas universidades federais que aderiram ao Reuni. O decreto, de forma semelhante a um contrato de gestão, condiciona o financiamento das propostas ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, obviamente limitando a qualidade do ensino nas universidades federais. Quando a preocupação é com a medida de produtividade, o mais importante é o quanto se produz, em quanto tempo e o custo do que se produz, e não o que a universidade produz, como, para que ou para quem. Aparentemente esta reforma do ensino superior proposta da qual o Reuni faz parte não está tão interessada na democratização do ensino, formação das pessoas, dimensão do ensino ou ética do conhecimento. Ao invés disso produtividade, empregabilidade e eficiência são as palavras de ordem. Esse modo gerencial de tratar o ensino superior público acaba deixando de lado o mais importante da reforma educacional: o “aspecto social”. Administração diz respeito a planejar, dirigir e controlar pessoas para atingir eficaz e eficientemente os objetivos de uma organização. Porém é preciso avaliar se a inclusão social é um objetivo que está sendo considerado nas medidas implementadas, afinal a educação é um direito social “garantido” na Constituição.

A gestão norteadora do Programa Reuni se mostra bastante voltada para o controle dos resultados, principalmente quantitativos. O investimento na compra de equipamentos, a quantidade de bolsas de graduação e pós-graduação, os diversos auxílios estudantis, a grande quantidade de novas vagas e a criação de novos *campi* na Universidade de Brasília mostram que medidas de ampliação e expansão estão sendo colocadas em ação. Os números são bastante expressivos e sem dúvidas esses investimentos são importantes, mas a questão é como estes números favorecem a inclusão

social e a qualidade do ensino. Mudanças estruturais não são suficientes e não garantem a qualidade do ensino.

Contudo, a maioria das pessoas estão entrando na Universidade, devido ao aumento das vagas e à possibilidade de fazer os cursos noturnos e à distância. Entretanto a diversidade de estudantes freqüentando os cursos ainda mostra um crescimento modesto. A grande maioria dos universitários veio de família com bons recursos financeiros e estudaram em escolas particulares, o que facilita o acesso e a permanência na Universidade. É necessário que todos tenham a mesma chance de entrar e permanecer na Universidade para que se fale em inclusão social, e apesar da criação do PROUNI e do FIES, os esforços no sentido de verdadeiramente abrir a universidade para todos precisa ser mais efetivo. Além disso, o aumento no número de vagas não garante a qualidade do ensino oferecido a esses novos universitários. É preciso também uma quantidade maior de professores qualificados, maior estrutura física e melhor administração dos serviços oferecidos (dentro e adjacente à Universidade) para dar conta da crescente demanda dos estudantes.

Portanto, é difícil pensar na qualidade e na ampliação das instituições de ensino superior sem se preocupar com as gestões de políticas públicas voltada para a educação, no que elas indicam e como as propostas serão executadas. Para além do governo federal, a Instituição do ensino superior pode fazer parte da responsabilidade nessa metodologia, pensando e discutindo novas e melhores possibilidades de práticas públicas para o ensino. Isso faz com que se retome o que já foi feito e admite avaliar o que é viável para a educação, o que pode vir a ser útil ou não. O crescimento rápido no número de Instituições de Ensino Superior no Brasil, principalmente particulares, nas últimas décadas, tem incentivado estudos, pesquisas e idéias sobre a dinâmica dos mecanismos dessa evolução e sua influência no desenvolvimento educacional do país. Esse crescimento tem desencadeado uma proposta sobre o processo de gestão adequado à demanda apresentada pelas instituições.

De forma geral, as universidades públicas estão respondendo de forma ágil e com efetividade às novas demandas, de forma que procura gerenciar adequada e responsavelmente os seus bens e recursos, tendo, como grande desafio tornar-se flexíveis e ativos. Neste sentido, as mudanças fazem parte do dia-a-dia universitário, permitindo um bom desenvolvimento e adaptações de novos estudantes nas universidades. A implementação do Reuni na Universidade de Brasília é recente, teve seu início em 2007. Portanto ainda é cedo para analisar as medidas que tem repercussão longo prazo, como

por exemplo, a adequação e adaptação às novas instalações físicas e a qualidade da produção acadêmica. Por outro lado o impacto de algumas medidas é imediato, como o maior de estudantes circulando na Biblioteca e no Restaurante da Universidade. Seria ideal se todas essas repercussões do Programa estivessem entre as preocupações dos universitários para que eles cobrassem e sugerissem mudanças tanto nos projetos quanto nas suas execuções, ou seja, que a comunidade universitária tivesse um olhar mais crítico sobre a gestão que está sendo posta em prática. Este estudo foi feito analisando os três primeiros anos do Programa Reuni na Universidade de Brasília, portanto um recorte pequeno e inicial das medidas realizadas e seus resultados. Para uma análise mais profunda é necessário acompanhar a longo prazo as propostas e a adesão da Universidade à elas, assim como suas conseqüências. Sem dúvidas a avaliação da gestão pública no contexto da educação é um tema de grande importância, considerando que a educação é base para o desenvolvimento do país. A partir deste e dos demais estudos sobre o Programa de Apoio aos Planos de Reorganização e Expansão das Universidades Federais e os demais projetos do Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação é possível fazer uma análise longitudinal da qualidade da gestão pública e suas necessidades de mudanças.

Em resumo, os projetos voltados para educação precisam ser eficazes e serem levados à sério pelos administrados, gestores e governantes brasileiros. O Programa de Apoio aos Planos de Reorganização e Expansão das Universidades Federais obviamente começou uma expansão importante no ensino superior, mas não se pode deixar de lado os fatores sociais envolvidos. A população e sua formação educacional são o mais importante. A inclusão social deve ser prioridade, e não as estatísticas e o alcance de números astronômicos. É fundamental que a administração pública não perca o foco das necessidades sociais e do processo de construção de cidadania que a inclusão na formação educacional pode proporcionar.

REFERÊNCIAS

ALAÍZ, V. **Auto-avaliação de escolas**. Porto: Edições ASA, 2003.

AZEVEDO, J. **Avaliação de Escolas: Consensos e divergências**. Porto: Edições ASA, 2002.

BIANCHETTI, R. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BOTLER, A. H. **Autonomia e Ética na Gestão Escolar**. Revista Portuguesa de Educação. Braga-Portugal, v. 16, n. 1, p. 121-135, 2003.

BRANDÃO, Z. **A Identidade da Educação**. In: SAVIANE, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (Orgs.) **História e história da Educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, p.100-104, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A reforma do Estado dos anos 90: Lógica e mecanismo de controle**. Brasília (DF): Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da Reforma do Estado, n.1).

CARNEIRO, R. **Fundamentos da Educação e da Aprendizagem**. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2001.

CHAUÍ, M. **A Universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. Campinas, n. 24, p. 5-15, set/Out/Nov/dez. 2003.

DOURADO, L. F. (org.), Oliveira, J. F. e Santos, C. A. 2007. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: INEP/MEC (Série Textos para discussão, nº 24).

FERNANDES, C.M.B. et al. **Autonomia e conhecimento: algumas aproximações possíveis entre Antônio Gramsci e Paulo Freire a partir de práticas pedagógicas emancipatórias**. Caderno de Educação, Santa Maria, v.29. n.2, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, K. S. de. **Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 47-59, fev./jun., 2000.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, M. Entre Bastidores. **O lado oculto da organização escolar**. Porto: ASA, 2000.

LIBANEO, José Carlos et alli. **Educação escolar**, São Paulo: Cortez, pág. 109-124, 2003.

MADEIRA, M. C. **Representações sociais e decisivas: breves comentários**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 8, n. 1, p.69-83, jan./jun. 1998.

MAIA, B. P.; BOGONI, G. D. **Gestão Democrática. Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica – CADEP**. 2008.

MARTINS, H.H.T.S. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa**. Universidade de São Paulo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOROSINI, Marília Costa, 2009. **Qualidade na educação superior: tendências do século**. In: Revista Estudos em avaliação educacional. São Paulo: FCC, v. 20, no, 43, maio/agosto de 2009, pp.165-186.

OKUMBE, J.A. **Gestão Educacional Teoria e Prática**. Nairobi, Kenya, Nairobi Nairobi, Quênia, Nairobi. 1999.

PARO V.H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez. 1986.

PARO V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

PEIXOTO, M.G. **A expansão do ensino superior privado após a década de 1990: parte integrante da reforma antidemocrática da educação nacional**. Educativa Goiânia. V.5, n.1, p. 177-195, jan/jun. 2002.

PUGLISI, M.L. FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005

SANTOS, B.V.S. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, F.J. **Neoliberalismo reforma educacional e novos desafios: a educação e o educador necessário para o terceiro milênio**. Revista FAEEBA, Salvador, n.10, jul/dez. 1998.

SILVA, L. B e. **Gestão Escolar e Democracia**. REVISTA ESPAÇO DA SOPHIA, a. I, n. 6, set ., 2007

SILVA, V. G. B. **O Movimento Nacional de Direitos Humanos e a Questão da Violência Institucionalizada (1986 – 1996)**. Dissertação de Mestrado. Brasília, Universidade Nacional de Brasília, 1999.

VERGARA S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANEXOS

Quadro 7 - Projeto Reuni - UnB – Revisão maio-junho/2008 – Proposta para Aumento do número de vagas

CURSOS DE GRADUAÇÃO		Turno		Vagas Semestrais Acrescidas	Semestre de Início	Docentes (DE)
		D	N			
	Total UnB	34	12	492		169
I	Campus Univ. Darcy Ribeiro	32	10	452		169
	Faculdades	14	3	222		95
1	FAV	3	0	50		27
	Eng. Agrônômica	1		20	2/2009	10
	Eng. Agrônômica	1		20	2/2011	8
	Medicina Veterinária	1	10		1/2010	9
2	FAU	1	0	10		5
	Arquitetura e Urbanismo	1		10	2/2009	5
3	FS	4	0	38		19
	Odontologia	1		10	1/2010	5
	Enfermagem e Obstetrícia	1		10	1/2010	6
	Ciências Farmacêuticas	1		10	2/2009	5
	Nutrição	1		6	1/2010	3
4	FAC	0	0	0	0	0
	Comunicação	0	0	0	0	0
5	FD	1	1	20		8
	Direito	1		10	1/2009	4
	Direito		1	10	1/2009	4
6	FACE	1	2	56		14
	Administração					
	Ciências Contábeis	1		6	2/2008	1
	Ciências Contábeis		1	4	2/2008	1
	Ciências Contábeis		1	46	1/2010	12
	Ciências Econômicas					
	Biblioteconomia					
7	FE	0	0	0	0	0
	Pedagogia					
8	FEF	1	0	10		4
	Educação Física (Licenciatura)	1		10	1/2009	4
9	FM	0	0	0	0	0
	Medicina					
10	FT	3	0	38		18
	Engenharia Florestal	1		10	2/2009	4
	Engenharia Civil					
	Engenharia de redes de	1		14	2/2009	8

	Comunicação					
	Engenharia Elétrica					
	Engenharia Mecânica					
	Engenharia Mecatrônica	1		14	2/2009	6
	INSTITUTOS					
11	IDA	0	2	22		9
	Artes Cênicas (Bach)					
	Ed. Artística – Artes Cênicas (Lic)			0		
	Ed. Artística – Artes Cênicas (Bach)			0		
	Ed. Artística – Artes Cênicas (Lic)		1	12	1/2009	5
	Artes Plásticas (Bach/Lic)					
	Desenho Industrial (Bach)					
	Música (Bach)			0	1/2009	
	Artes Visuais (Lic)		1	10	1/2009	4
	Ed. Artística – Música (Lic)			0		
12	IPOL	1	0	10		4
	Ciência Política	1		10	1/2010	4
13	IB	0	1	8		3
	Ciências Biológicas (Lic)		1	8	2/2009	3
	Ciências Biológicas (Bach)					
14	IE	3	0	24		8
	Computação (Lic)					
	Ciênc. da Computação (Bach)	1		8	2/2009	3
	Matemática (Lic)					
	Matemática (Bach/Lic)					
	Estatística	1		6	1/2009	2
	Estatística	1		10	1/2010	3
15	IH	4	0	46		13
	Filosofia	1		20	1/2010	5
	História	1		10	2/2009	3
	Geografia	1		6	2/2010	2
	Serviço Social	1		10	2/2009	3
16	ICS	1	0	30		6
	Ciências Sociais	1		30	2/2009	6
17	IF	1	0	10		3
	Física (Bach./Lic./Física Computação)	1		10	2/2009	3
18	IG	1	0	6		2
	Geologia	1		6	1/2010	2
19	IL	5	4	50		19
	Letras – Francês	1		6	2/2009	2
	Letras – Inglês	1		4	2/2009	2
	Letras – Português (Bac/Lic)	1	6		2/2009	2
	Letras – Port. Do Brasil como 2ª língua		1	6	2/2009	2

	Letras – Tradução Francês	1		4	2/2009	2
	Letras – Tradução Inglês	1		4	2/2009	2
	Letras Espanhol		1	6	2/2009	2
	Letras Japonês		1	6	2/2009	2
	Letras – Português (Lic)		1	8	2/2009	3
20	IP	1	0	14		5
	Psicologia	1		14	2/2009	5
21	IQ	0	0	0	0	0
22	IREL	1	0	10		2
	Relações Internacionais	1		10	2/2010	2
II	Campus Universitário Planaltina	2	2	40		0
	Gestão do Agronegócio (Bach)	1		10		
	Ciências Naturais (Lic)	1		10		
	Ciências Naturais (Lic)		1	10		
	Gestão Ambiental		1	10		
	Centro de Excelência em Turismo		0	0	0	0
III	Centro de Excelência em Turismo	0	0	0		0

Quadro 8 - Projeto Reuni - UnB – Revisão maio-junho/08 – Proposta para Aumento do número de vagas

Cursos de Graduação - Novos Cursos		Turno		Vagas Acrescidas por Semestre	Início novas vagas	Docentes (DE)	Curso e recursos compartilhados
		D	N				
	Total UnB	23	21	1.722		375	
I	Campus Universitário Darcy Ribeiro	13	19	1.132		375	
	Faculdades	3	8	420			153
1	FAV	0	1	40		11	
	Gestão de Agronegócios		1	40	1/2010	11	
2	FAU	0	1	30		17	
	Arquitetura e Urbanismo		1	30	1/2010	17	
	Museologia			0			CID
	Estudos Culturais						IL, ICS
3	FS	0	2	70		33	
	Saúde Coletiva		1	40	1/2010	15	

	Ciências Farmacêuticas		1	30	1/2010	18	
4	FAC	0	1	30		13	
	Comunicação		1	30	2/2010	13	
5	FD	0	0	0		0	
6	FACE	1	2	120		39	
	Museologia (Bach)	1		30	1/2009	13	FACE, FAU, IH, IDA
	Atuária		1	40	1/2012	16	
	Gestão de Políticas Públicas		1	50	2/2009	10	FACE, IPOL, IH (SER)
7	FE	0	0	0		0	
8	FEF	1	0	50		15	
	Educação Física (Bach)	1		50	1/2012	15	
9	FM	0	0	0		0	
10	FT	1	1	80		25	
	Engenharia da Produção		1	40	2/2009	15	
	Engenharia da Computação			0			FT, IE/CIC
	Engenharia Ambiental	1		40	1/2010	10	
	INSTITUTIS	9	9	572		173	
11	IDA	1	3	112		33	
	Música Popular (Bach)	1		16	1/2009	5	
	Arte e Comunicação Digital		1	30	2/2010	9	IDA, FAC
	Teoria Crítica e História da Arte (Bach)		1	40	1/2010	13	
	Música (Lic)		1	26	1/2009	6	
12	IPOL0	0	0	0		0	
13	IB	2	1	120		20	
	Ciência da Vida	1		40	1/2010		
	Ciências da Vida		1	40	1/2010	10	
	Biotecnologia (Bach)	1		40	1/2012	10	
14	IE	1	1	80		26	
	Engenharia da Computação	1		40	2/2009	22	IE/CICI, FT
	Informática e Tecnologia		1	40	2/2009	4	IE/CIC, FT
15	IH	0	2	80		30	
	História		1	40	1/2010	15	

	Serviço Social		1	40	1/2010	15	
16	ICS	0	0	0		0	
17	IF	0	1	20		6	
	Física (Bach)		1	20	1/2011	6	
18	IG	1	0	20		14	
	Geofísica	1		30	1/2009	14	
19	IL	3	1	110		35	
	Letras Tradução Espanhol		1	30	2/2009	10	
	Letras – Língua Estrangeira Aplicada (Bach)	1		30	1/2010	10	
	Letras – Lingüística Aplicada (Bach)	1		30	1/2012	10	
	Letras Tradução - Alemão	1		20	1/2011	5	
20	IP	0	0	0		0	
21	IQ	1	0	20		9	
	Química – Hab. Química - Tecnológica	1		20	1/2011	9	
22	IREL	0	0	0		0	
II	Campos Universitário Planaltina	1	2	110			
	Ciências Naturais (Lic)		1	40	2/2008		
	Gestão Ambiental		1	40	2/2008		
	Licenciatura em Educação do Campo	1		30	2/2008		
III	Campus Universitário Cinelândia	5	0	240		0	
	Terapia Ocupacional	1	45		2/2008		
	Ciências Farmacêuticas	1	45		2/2008		
	Gestão de Saúde	1	60		2/2008		
	Fisioterapia	1	45		2/2008		
	Enfermagem	1	45		2/2008		
IV	Campus Universitário Gama	4	0	240		0	
	Engenharia de Energia	1		60	2/2008		
	Engenharia de						

	Software	1		60	2/2008		
	Engenharia Automotiva	1		60	2/2008		
	Engenharia Eletrônica	1		60	2/20008		
V	Outros Cursos Compartilhados	1	2	140		49	
	Turismo	1		40	2/2010	10	SOL, ECO, ADM, GEA, CET, IB, FE, FS
	Estudos Culturais		1	40	1/2012	13	IL, IH, FAU, (ICS?), Profs.
	Ciências Ambientais		1	60	2/2009	26	IG, IQ, CDS, IB, ECO, outros

Fotos de algumas obras realizadas pelo Reuni na Universidade de Brasília.

Figura 2 - Reforma no Anfiteatro 19 - 28/04/2009



Figura 3 - Campus de Ceilândia – 28/04/2009



Figura 4 - Campus do Gama- 28/04/2009



Figura 5 - Módulo 18 - 28/04/2009



Figura 6 - Salas do ICC Norte - 28/04/2009

